

O ENTENDIMENTO POSSÍVEL

UM NOVO RUMO PARA O GALEGO

A Nosa Terra 910, 25
Novembro 1999, p. 34

JORGE MARTINS

‘Infelizmente, existem fanáticos num e noutro bando que de maneira inevitável ficarão fora de qualquer acordo’

Catorze de Setembro de 1999, Estrasburgo, Parlamento Europeu. Indignação dos espanhóis mais recalcitrantes. Um deputado galego intervém e nom fai uso do castelhano. Atreve-se a empregar umha língua das, para eles, autonómicas, quer dizer, de segunda, subsidiária (até hai pouco, para eles, apenas um dialecto). Umha língua que competia agora na Europa posta em igualdade com o seu idolatrado espanhol. Intolerável. Estava a cair o mito de que para andarmos polo mundo precisássemos do castelhano.

Ira a reacção. Francisco Vázquez, alcaide da Corunha, asseverava castiço “si no lo digo reventado, e es la mayor hortera que se tiene visto en los últimos tiempos”. Gerardo Galeote, porta-voz do PP em Estrasburgo, chegava a afirmar que as intervenções do nosso eurodeputado nom se recolheriam nas actas por estarem “num idioma que nom é castelhano, nem galego, nem português”. Este idioma nom era nem mais, nem menos que um correctíssimo galego, pronunciado com a fonética própria de Fisterra, berço da mulher de Camilo Nogueira. Por certo, que até o próprio Mário Soares felicitava o deputado nacionalista polo “seu bom português” (sic.)

Mas, esta praxe linguística, já anunciada na sua campanha eleitoral, na boca de um político com fama de moderado e que até o momento nom mostrara em público o seu reintegracionismo, tivo também como consequência a reactivação da nunca resolvida *questione della lingua* na própria Galiza. E, assim, uns dias antes Carlos Casares, Presidente do Conselho da Cultura Galega, surpeendia-nos a todos qualificando a actual norma do galego oficialista de “extravagante” e propondo para já umha reforma ortográfica que nos chega-seaos leitores portugueses com a adopção do “nh”, “lh” e “g, j, x”. Umhas aparentemente estranhas declarações em alguém pouco suspeito de lusismo. Logo, viria o pronunciamento colectivo dos escritores participantes no Encontro Transatlântico encaçados por Suso de Toro, também no sentido de uma aproximação ao mundo lusófono. E a polémica desencadeava-se nos meios de comunicação... Polémica artificialmente silenciada na maioria

destes meios desde havia quase vinte anos mediante a censura sistemática dos que éramos discrepantes. De novo, filólogos, escritores e intelectuais a opinarem a respeito da normativa. Agora, tal vez, com umha maior serenidade e vontade de diálogo por ambas as partes. É que todos nos damos conta de que o galego, o milenário idioma dos nossos antepassados, está ferido de morte, tem os dias ou, se queres, os anos contados.

É nesta situação, que desde a Assembleia Reintegracionista “Bonaval” queremos dar a conhecer a nossa opinião a respeito das bases do que achamos único entendimento possível. Fazemo-lo com a humildade de sermos, simplesmente, mais um dos muitos grupos normalizadores de base surgidos na década de noventa nas diferentes vilas e cidades do país, conscientes de acertos e erros na nossa trajetória, mas respaldados por um compromisso sério, firme e indubitável com o idioma. Este entendimento na nossa opinião há-de se basear nos seguintes cinco pontos:

■ CINCO PONTOS. 1º) É necessário chegarmos a um novo acordo normativo amplo, flexível e provisório (todas as convenções ortográficas o som) que reúna em torno a si o maior número de adesões possíveis. Infelizmente, existem fanáticos num e noutro bando que de maneira inevitável ficarão fora de qualquer acordo.

2º) Partimos do facto, de que sobre a questão normativa só devem entender os interessados e competentes, sem nengum tipo de interferências políticas, quer governamentais quer partidistas. Aliás, Madrid ou mesmo Lisboa nom podem ser referentes que condicionem o processo, há-de ser um acordo entre galegas e galegos condicionado apenas pola realidade sócio-linguística da nossa nação e feito com vontade de a mudar.

3º) O âmbito de aplicação do novo acordo será exclusivamente o ensino nom superior e a Administração e organismos dela dependentes (e só da Administração para o administrado, nunca ao revés). Deixando no resto de âmbitos liberdade normativa absoluta, pois nom devemos esquecer que afinal há-de ser o

povo galego o que escolha entre as diferentes opções, quer dizer, quem mais ordene. Pórase fim, portanto, a qualquer discriminação nos subsídios públicos ou no acesso aos meios de comunicação por razão de normativa.

4º) Este acordo já nom pode ser o mesmo que deveria ter sido alcançado há quatro lustros. Muito tem mudado neste tempo a consciência linguística do nosso povo, mesmo a das suas elites intelectuais. Para além de a realidade internacional na que se acha inserida a Galiza ser bem distinta, numha União Europeia sem fronteiras que nos isolem do resto da nossa área linguística meridional.

5º) Polo mesmo, o acordo nom pode obviar o facto que, hoje já quase ninguém discute, de serem galego e português variantes de um mesmo diassistema linguístico. Terá, portanto, de estar orientado para a Lusofonia.

A situação que está a viver o galego é dramática, as suas tendências suicidas. As políticas linguísticas, se se lhes pode chamar assim, postas em prática nestes últimos vinte anos polos diferentes governos autonómicos têm demonstrado o seu fracasso. Sen do mal pensado, quiçá era isso mesmo o que pretendiam. Tanto fai, pois se exercemos a autocritica, também as campanhas do movimento normalizador, ainda na sua precariedade de meios económicos e humanos, têm sido pouco eficazes, talvez, pola sua excessiva fixação em lutas simbólicas e o pouco até hoje construído (ainda estamos sen um jornal na nossa lingua digno de tal nome, falta umha rede de centros de ensino integralmente em galego...etc).

O conjunto do movimento normalizador deve abandonar as guerras intestinas que historicamente levaram á decadência ao nosso povo e com respeito leal para as diferentes visões que no seu seio coexistem sobre o idioma, procurar umha unidade de acção sustentada num necessário consenso de mínimos em comum. Som horas de tracejarmos um novo rumo para o galego. ♦